

com o parecer prévio previsto no n.º 18 do Despacho Normativo n.º 33/2005.

VIII — Revogação:

É revogado o Despacho Normativo n.º 16/2006, de 26 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 50, de 10 de Março de 2006.

27 de Março de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho n.º 7075/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-D/2007, de 28 de Fevereiro, foi aprovada a estrutura nuclear dos serviços da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, urgindo nomear os respectivos dirigentes, por forma que se não verifiquem quaisquer paralisações no normal e desejável funcionamento daqueles.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, para o cargo de directora de serviços de Recursos a licenciada Emília Maria Correia Batista.

A nomeada tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional.

1 de Março de 2007. — O Director-Geral, *Eurico José Gonçalves Monteiro*.

ANEXO

Curriculum vitae

Nome — Emília Maria Correia Batista.

Data de nascimento — 21 de Janeiro de 1957.

Formação académica e profissional:

Licenciada em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE, 1976-1981), média final de 14 valores;

Aperfeiçoou a sua formação profissional em diversos cursos e estágios, destacando-se um estágio na Direcção-Geral das Pescas da Comissão das Comunidades Europeias, em 1988.

Experiência profissional:

Assessora principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura (início em 27 de Setembro de 1996), tendo exercido as seguintes funções:

Em 2004-2006 — directora do Departamento dos Recursos da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, responsável pela coordenação técnica em assuntos nacionais, comunitários e internacionais relativos ao ordenamento e ao exercício da actividade da pesca e da aquicultura;

Em 2002-2004 — directora do Departamento de Relações Comunitárias, Internacionais e de Cooperação da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, em regime de substituição — participou no processo de revisão da política comum das pescas e integrou diversas delegações da União Europeia em reuniões internacionais de Organizações Regionais de Pesca, actuou, também, como membro da delegação portuguesa em reuniões comunitárias, ao nível da Comissão e do Conselho da União Europeia;

Em 1997-2002 — chefe da Divisão de Mercados da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura — elaboração do *Livro Branco* sobre a «Revisão da organização comum de mercado dos produtos da pesca (OCM)», concepção e acompanhamento da execução de projectos de promoção do Programa MARE (dinamização do consumo interno de conservas de peixe e ao Pavilhão de Portugal na European Seafood Exposition, em Bruxelas);

Em 1988-1997 — chefe da Divisão de Regulação do Mercado do ex-Instituto Português de Conservas e Pescado e, a partir de 1993, da Divisão de Mercados da ex-Direcção-Geral das Pescas, com funções relacionadas com a execução e gestão das medidas de intervenção, no âmbito do sistema de financiamento do FEOGA Garantia no sector dos produtos da pesca;

Em 1987-1988 — economista de 1.ª classe, do ex-Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas (IROMA), Divisão de Gestão Financeira, desenvolvendo funções de gestão das aplicações financeiras daquele Instituto no sector bancário;

Em 1975-1987 — serviços financeiros da ex-Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP), incluindo funções no Matadouro Industrial de Lisboa e na Divisão de Gestão Financeira da ex-JNPP.

Despacho n.º 7076/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-N/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número de unidades flexíveis da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA), tendo, por meu despacho de 1 de Março de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes, por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações no normal e desejável funcionamento dos serviços.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, para o cargo de chefe de divisão de Sistemas a licenciada Maria Amélia Ferreira Rodrigues Catarino Tavares.

A nomeada tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional em anexo.

1 de Março de 2007. — O Director-Geral, *Eurico José Gonçalves Monteiro*.

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Maria Amélia Ferreira Rodrigues Catarino Tavares;

Data de nascimento — 20 de Janeiro de 1964.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Informática de Gestão pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), concluída no ano lectivo de 1988-1989;

Frequência do 5.º ano de Gestão de Empresas no Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA).

Situação profissional:

De 1988 a 1993 — no Instituto Português de Conservas e Pescado, desempenhando as seguintes funções:

Colaboração na administração dos sistemas existentes, sistema operativo Unix, Hpux e bases de dados relacionais, Oracle;

Colaboração na administração, configuração e manutenção de *hardware* e *software* de rede na sede da DGPA e direcções regionais;

Colaboração na selecção de material informático (*hardware* e *software*) a adquirir;

Acompanhamento na migração de aplicações existentes para versões mais recentes;

Participação e colaboração nos processos de compatibilização dos sistemas informáticos com o ano 2000;

Colaboração e acompanhamento no desenvolvimento do sistema integrado de informação (SI2P) e *datawarehouse* (SSDP);

Participação e colaboração na elaboração dos documentos (caderno de encargos, programa e anúncios) para abertura de concursos públicos da DGPA, fazendo também parte do júri para a adjudicação dos serviços;

Apoio aos utilizadores da DGPA a nível de microinformática, sistema operativo Unix e Hpux, SI2P, DW e aplicações da RAPE;

Participação em reuniões de carácter técnico;

De 1994 a 2004 — na Direcção-Geral das Pescas, actualmente Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, como técnica superior de informática/especialista de informática;

Desde 1 de Junho de 2004 — a exercer funções de chefe da Divisão de Sistemas de Controlo, tendo como principais funções a supervisão e coordenação de toda a actividade desenvolvida nesta área e, em particular, a gestão de projectos integrados em programas comunitários de apoio ao controlo, inspecção e vigilância das pescas a executar pela DGPA, a definição e gestão da estrutura informática de suporte ao DIP, MONICAP e SIFICAP, o controlo financeiro do «Desenvolvimento MONICAP/SIFICAP-PIDDAC» e a articulação com o centro de coordenação e controlo tendente à optimização da operacionalidade desta área inspectiva.

Formação profissional:

Frequência de vários cursos de bases de dados, administração de sistemas, de redes, gestão de projectos, optimização da *performance* de computadores, de concepção e implementação de segurança informática, gestão de contratação de sistemas e tecnologias de informação;

Frequência de vários seminários, a gestão da mudança na informação, ponto de situação sobre sistemas e tecnologias de informação, organização centrada em processos — desenhar organizações para o século XXI e *e-government*;

Frequência do seminário de avaliação de desempenho — HayGroup — 2004;

Frequência do curso de alta direcção no Instituto Nacional de Administração — cinco dias em 2005.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 7077/2007

Maria Cristina Fernandes Alves Moreira, consultora jurídica principal do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, foi nomeada, precedendo concurso, consultora jurídica assessora do mesmo quadro.

A citada funcionária fica posicionada no escalão 1, índice 610. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 2007. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

Despacho (extracto) n.º 7078/2007

Virgínia Maria Fortunato Carlos Antunes Doblado e Cármina Maria de Gouveia Freitas, técnicas superiores de 2.ª classe do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, foram nomeadas, precedendo concurso, técnicas superiores de 1.ª classe do mesmo quadro.

As citadas funcionárias ficam posicionadas no escalão 1, índice 460. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2007. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

Despacho (extracto) n.º 7079/2007

Por deliberação do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa — Zona Central, e por meus despachos de 16 de Fevereiro e 15 de Março de 2007, Ana Maria Nunes Gomes, assistente administrativa, escalão 1, índice 199, do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa — Zona Central (Hospital de São José) foi transferida para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério de Obras Públicas Transportes e Comunicações, com efeitos a partir de 26 de Março de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Março de 2007. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

Despacho (extracto) n.º 7080/2007

Maria Luísa de Almeida dos Santos Sá Gomes e Maria Teresa dos Santos Costa Neves Figueiredo, técnicas superiores principais do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foram nomeadas, precedendo concurso, assessoras do mesmo quadro.

As citadas funcionárias ficam posicionadas no escalão 1, índice 610. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Março de 2007. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

Despacho (extracto) n.º 7081/2007

Maria Augusta da Cruz Pipa de Amorim e Silva, técnica profissional especialista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foi nomeada, precedendo concurso, técnica profissional especialista principal do mesmo quadro, ficando posicionada no escalão 4, índice 345. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Março de 2007. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Segurança Social da Guarda

Despacho n.º 7082/2007

Delegação de competências em Aida Maria Vicente Madeira Pinto Póvoa, directora do infantário Favo de Mel

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso dos poderes conferidos pelo n.º 2

do artigo 25.º e pelo n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 112/2004, de 13 de Maio, bem como por força das competências delegadas pela deliberação n.º 561/2006, do conselho directivo, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 8 de Maio de 2006, de delegado/subdelego na licenciada Aida Maria Vicente Madeira Pinto Póvoa, directora do infantário Favo de Mel, estabelecimento integrado sediado em Manteigas, as competências para:

1 — Assinar a correspondência oficial da sua área, com excepção da que for dirigida aos gabinetes de ministros, secretários de Estado, institutos públicos, direcções-gerais, autarquias e IPSS.

2 — Despachar os pedidos de justificação de faltas ou ausências dos funcionários sob a sua dependência funcional.

3 — Aprovar o plano de férias do pessoal sob a sua dependência hierárquica e respectivas alterações, desde que não implique a acumulação de férias para o ano seguinte.

4 — Autorizar férias anteriores à aprovação do plano de férias, o seu gozo interpolado e a concessão de período complementar de cinco dias, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

5 — Processos relacionados com dispensa para amamentação, consultas médicas ou exames complementares de diagnóstico.

6 — Admissões e saídas de utentes.

7 — Adequação ao funcionamento dos serviços aos horários de trabalhadores previamente autorizados.

8 — Proceder a mobilidade do pessoal dentro da respectiva área funcional sempre que o considere necessário.

9 — Autorizar deslocações em serviço impostas pelo desempenho de funções do pessoal afecto à sua área.

10 — Emissão de declarações e certidões aos utentes relativas a situações perante o estabelecimento.

11 — O presente despacho produz efeitos imediatos, ficando desde já, e nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratificados todos os actos entretanto praticados pela directora do estabelecimento no âmbito das matérias do presente despacho.

23 de Março de 2007. — O Director, *José Pires Veiga*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Louvor n.º 169/2007

O Dr. José Maria de Mesquita Montes, cessou a sua carreira hospitalar, por motivos de aposentação, em 19 de Novembro de 2006, após 45 anos de exercício de medicina.

Numa carreira que decorreu ao longo de 45 anos de actividade profissional dedicada à ortopedia e traumatologia, com especial destaque para a ortopedia infantil, contribuiu de modo decisivo e através de actividades em diversos hospitais do País para o desenvolvimento da ciência do aparelho locomotor na segunda metade do século xx.

Através de sociedades científicas nacionais e estrangeiras (de algumas das quais é sócio fundador) contribuiu para o enriquecimento desta disciplina e sua divulgação na comunidade ortopédica nacional e internacional, sendo autor de mais de uma centena de trabalhos em revistas da especialidade.

Não descurou, também, a sua participação na vida associativa da classe desempenhando funções a nível da Ordem dos Médicos, sindicatos médicos e outras associações profissionais, o que lhe permitiu integrar e coordenar equipas directivas destas associações em vários mandatos e contribuir activamente para a discussão e organização do sector da saúde em Portugal.

Tendo em consideração os serviços prestados na área da saúde, destaca-se a competência, dignidade e lealdade que sempre demonstrou na sua carreira profissional, sendo amplamente merecedor do publico louvor que, por proposta do conselho de administração da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E., lhe concedo.

14 de Março de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Centro Hospitalar das Caldas da Rainha

Deliberação (extracto) n.º 650/2007

O Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, possibilita, mediante a verificação de circunstâncias específicas, a condução de viaturas oficiais pelos trabalhadores dos serviços e organismos da Administração Pública, ainda que não integrados na carreira de motorista.